



José Pascoal Rossetti

277

Carta ao FMI prova a culpa das estatais, diz o professor.

As metas fixadas na Carta de Intenção do governo brasileiro ao FMI são irrealistas. E ela só tem dois pontos positivos: o de revelar, com números que até agora eram sonegados, a evidente insolvência externa do País; e o de reconhecer que "o epicentro da crise que o País está atravessando é o peso morto e desestabilizador do setor estatal da economia".

As opiniões são do professor José Pascoal Rossetti, titular do Departamento de Economia da Universidade Mackenzie nesta entrevista ao Jornal da Tarde:

— O que será, para o homem comum, viver sob o signo da "Carta de Intenções"?

— Há uma série de aspectos que dizem respeito à vida de cada cidadão, diretamente. O primeiro deles é o rebaixamento dos salários. O segundo é a formalização de compromissos quanto à política fiscal do governo brasileiro.

— Haverá mais impostos...

— Sim. O governo, tentando reduzir o déficit do setor público, deverá aumentar alíquotas e impostos existentes. E, ainda, talvez, criar novas contribuições fiscais e parafiscais.

— Menos dinheiro, mais impostos.

— Há uma redução da renda real, via salários e pela tributação maior, direta e indireta. Outra coisa que está formalizada na Carta de Intenções é a continuidade da política de desvio de recurso para o financiamento do setor público. Isto significa menos créditos liberados para os segmentos privados da economia. Assim será afetada a capacidade do sistema de gerar novos empregos.

— E os comerciantes, os pequenos industriais?

— Eu incluo entre os homens comuns estes setores. Este pessoal terá menos crédito e muito dificilmente terá taxas mais baixas. O cidadão comum estará vivendo no que poderemos chamar de "inferno macroeconômico". Será uma situação de desemprego generalizado, de ameaça aos empregos, e, ao mesmo tempo, uma inflação danosa.

— E os profissionais liberais?

— Na economia não existe um setor estanque. Uns serão mais atingidos, outros menos, mas a recessão atingirá a todos.

— E tudo isto se segue a uma década de melhorias na vida de certas faixas da população.

— Estamos há três anos apenas de uma época eufórica. Nela se criou para a sociedade brasileira um anseio de progresso, de melhores padrões de consumo e de qualidade de vida. Mais brasileiros tiveram acesso a um padrão de sociedade de consumo que se formou no Ocidente. Pessoas se transferiram das cidades pequenas para as grandes, do campo para as metrópoles. Conquistaram empregos. Atingiram um padrão de vida melhor do que o que usufruíam em sua origem. A classe média urbana teve uma ascensão. A economia brasileira permitiu que a classe média se habituasse a novos padrões. O homem comum ascendeu a novas posições, efetivamente. Agora, é o momento de readaptação a uma nova realidade. Readaptação angustiante, que não se faz sem sofrimento.

— Como é que o senhor vê, no seu conjunto, a Carta de Intenções?

— Ela tem dois aspectos positivos e muitos lamentáveis. É positiva a revelação evidente da insolvência externa do País. Afinal, agora temos dados que infelizmente as cartas anteriores omitiam. Tomamos conhecimento dos dados que provam a iliquidez absoluta da economia brasileira, no plano externo. Uma insolvência clara, revelada por um nível acentuadamente alto de reservas externas negativas, que no momento se aproxima de cinco bilhões de dólares. É uma absurda sonegação de dados, mas há quase um ano que estas informações eram omitidas de todos nós! Também é positivo sabermos, hoje, que o epicentro da crise que o País está atravessando é o peso morto e desestabilizador do setor estatal da economia. Em vários trechos da segunda Carta, afinal reconhecidos nesta terceira Carta, o governo brasileiro reconhece que este peso morto é responsável pela modificação das regras da política salarial. Está bastante claro, também, que este peso morto que se materializa por um déficit global do setor público, é também o responsável pelo desvio de recursos do aparelho financeiro da economia, que se tem implicado numa falta de recursos para atender a outros setores ativos de nossa economia.

— E quanto aos aspectos negativos?

— Primeiro, é evidentemente irrealista a fixação de metas quanto à possibilidade de contenção do processo inflacionário, a curto prazo, e ao controle do setor estatal da

economia. Não há na carta a evidência de cortes substanciais, onde deveria haver, no segmento estatal do aparelho produtor. A carta mantém o princípio discutível de onerar o segmento privado da economia, repassando a ele a expansão de custos representados pela expansão das receitas operacionais da empresa pública, que ao mesmo tempo controlam, de forma que considere brutal, a sua possibilidade de expansão de preços. O outro aspecto deplorável da carta é o seu desprezo para com os custos sociais do ajustamento externo. Esses custos sociais estão representados por uma política de obtenção de superávits comerciais, que não estão sendo dada pela conquista de mercados externos novos e introdução neles de nossos produtos. Na verdade, mantém-se a níveis ligeiramente crescentes as exportações brasileiras e a níveis decrescentes as importações brasileiras. Os superávits de seis milhões de dólares, para este ano, e nove, para o ano que vem, se darão através de cortes nem sempre bem justificados nas importações. Isso implica cortar a capacidade de produção de vários setores da economia brasileira. Já não são poucos os setores industriais, da metalmecânica ao setor eletrônico, passando pelo de telecomunicações, que já estão quase incapacitados de continuarem a produzir, porque lhes estão faltando insumos vitais, que esta desastrosa política de corte de importações para gerar superávit está provocando.

— Com todos estes dados, o desemprego se agrava.

— Seguramente: via compressão das importações, via desvio de recursos do segmento financeiro para o setor estatal, a níveis elevadíssimos, via imposição de dificuldades para correções de preços que cubram custos de produção no segmento privado, a terceira Carta de Intenções tem um conteúdo fortemente recessivo. E isto se agravará com a redução da renda real da sociedade brasileira. Outro aspecto negativo desta carta é o inadequado tratamento dado ao capital estrangeiro, reforçando os fortes matizes ideológicos nacionalistas, que se encontram nas raízes históricas do endividamento externo do País. Um levantamento das contas externas do País do após guerra aos dias atuais mostrou claramente que o aporte de capitais externos ao País se fez via capitais exigíveis. Em outras palavras, durante o período que vai de 1947 a 1982, o ingresso de capitais externos, em dólares de 1982, totalizou alguma coisa em torno de 190 bilhões de dólares, dos quais só 25 bilhões sob a forma de capitais de risco, investimentos diretos. O ingresso de capitais de risco não implica em endividamento; o ingresso de capitais de empréstimo implica. E o País tem afugentado, de forma clara ou sorrateira, o capital de risco. Veja que esta Carta de Intenções impõe limitações à remessas externas, referentes a assistência técnica e a royalties. Ela ainda impõe um imposto adicional progressivo sobre as remessas externas, e dividendos... Enfim, estamos comprimindo o ingresso de capitais produtivos e ao mesmo tempo criando exigências adicionais para novos empréstimos e mais endividamentos. Esta carta mantém ainda uma política denominada pelas autoridades econômicas de cotas de contribuição do café e do cacau. Estas cotas não passam de um brutal confisco cambial sobre os segmentos privados, sobre o setor rural da economia brasileira, descapitalizando-o e desestimulando-o exatamente em seus dois mais tradicionais redutos.

— Mas há quem duvide que esta Carta vá ser realmente aplicada, não?

— Na verdade, este conjunto de aspectos deploráveis poderia ser assimilado pela sociedade brasileira, caso de fato as metas a que a Carta de Intenções se propõe fossem efetivamente cumpridas. Mas dificilmente serão. Há um excesso de otimismo em fixar para um patamar próximo de 50% de inflação no próximo ano. E claro que não é impossível trazê-la, mas não com este conjunto de medidas que o governo está ação. A Carta não garante que o peso morto do setor estatal vai ser atacado pelo governo: ele é o maior atacado, já dissemos. Os efeitos da inflação são de sua causa central. Além do mais, o conteúdo recessivo da Carta de Intenções servirá para sucatear uma parcela significativa do parque industrial brasileiro. O nível de ociosidade do parque industrial não está distante dos 30%, na atualidade. Em alguns setores, o nível de ociosidade não está distante dos 50%. Quando no futuro tivermos a recuperação da economia brasileira, ainda haverá um longo tempo a percorrer para que novos investimentos se realizem. A realidade brasileira está impondo um retardado tecnológico numa época de evolução tecnológica acelerada no mundo. E não só o parque industrial, mas o setor rural. O Brasil fabrica hoje, fabricamos 20 mil tratores. Estamos perdendo capacidade de produção. Estamos presentes e futuros, em todos os setores. Estamos atrasando.